



DE “INVISÍVEIS” A SUJEITOS HISTÓRICOS: ALGUNS DEBATES SOBRE O PÓS- ABOLIÇÃO

Ruzilane Rabelo dos Santos

Graduada em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Especialista em Direitos Infantojuvenis no Ambiente Escolar

(Escola que Protege) (UFS)

E-mail: ruzilane@hotmail.com

ST 3 - Diálogos sobre a experiência Afro-Diaspórica:
o Pós-Abolição no Brasil

A historiografia da escravidão e das relações no Brasil até o final do século passado tornava visível a presença africana e seus descendentes apenas limitados ao período colonial e imperial. Com isso, os libertos, ex-escravos e seus descendentes foram invisibilizados e deixados de lado e esquecidos da historiografia do período posterior à escravidão. Mas, como agentes históricos e que também são capazes de fazer a sua própria história, de invisível passaram a ser visíveis para a historiografia, surgindo o campo do pós-abolição. Dessa forma enterra o cenário de que a pesquisa nesse período era impossível devido à invisibilidade dos atores principais.

Por muito tempo, eram duas as vertentes historiográficas que preponderaram no período da escravidão no Brasil para alguns autores essa época não deve ser vista com tanta perversidade, para outros esse período foi desumano e cruel para os escravos.

A primeira vertente do escravismo paternalista de Gilberto Freyre nas décadas de 1930 a 1950 com a escravidão “adocicada” – de certa forma harmoniosa das relações raciais. A partir disso, criou-se o mito da democracia racial, porém nunca existiu, apesar de tudo rompe com o determinismo racial e faz apologia a mestiçagem sendo decisiva para influenciar a percepção sobre a situação dos descendentes de escravos no Brasil.

A segunda vertente Escola Paulista de Sociologia do “escravo-coisa” encabeçada por Florestan Fernandes nas décadas de 1960 a 1980 a escravidão era cruel e amarga. Por isso, os escravos eram alienados dos seus interesses específicos, isto é, viviam na anomia social. Denunciou o mito da democracia racial até então sustentado.

Faculdade Pio Décimo/Universidade Federal de Sergipe - 25 e 26 de abril de 2018

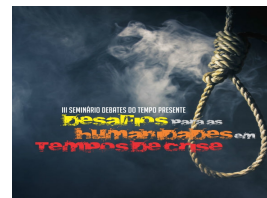


Seguindo essa linha a herança deformadora da escravidão seria apenas um dos fatores a explicar a desorganização social das populações negras. Contudo, isso não procede, com o novo campo de estudos e pesquisas chamado de pós-abolição ou pós-emancipação.

A partir da década de 1980 a nova historiografia da escravidão com o pioneirismo de Sidney Chalhoub *Visões da Liberdade* e o surgimento do campo do pós-abolição no Brasil rompeu com tais visões. Agora não temos mais a visão esquemática e maniqueísta da escravidão, mas a “agência de escravos” ou o protagonismo negro. O ponto culminante para tais pesquisas foram as comemorações do centenário da abolição, viram além como o papel social dos próprios escravos e que faziam parte de seu cotidiano a negociação e o conflito, isto é, caracteriza a resistência. Diante de tantas contradições o escravo passa a ser visto de outra forma como humano dotado de consciência, projetos, ambições e habilidades (Nem Zumbi, Nem Pai João – Nem rebelde, Nem passivo).

Dessa maneira, o campo do pós-abolição a partir do final dos anos de 1980, implicou em estudos mais centrados na experiência dos libertos, de suas aspirações e de suas atitudes em face do processo emancipacionista e dos novos contextos sociais (produzidos por eles). Dessa forma, a população negra não deve ser vista mais como sinônimo de escrava, ou seja, suas experiências não morrem na escravidão, o campo do pós-emancipação aborda diversas temáticas, passou a investigar as trajetórias individuais e coletivas de pessoas negras e mulatas, com suas visões de liberdade, *modus vivendi* e perspectivas de inserção e ascensão social, política e cultural no período republicano.

Assim, o objetivo deste artigo é analisar alguns debates sobre o pós-abolição e como esses sujeitos “invisíveis” passaram a visibilidade e contribuíram para configurar suas próprias histórias após o 13 de maio. O novo campo historiográfico abriu espaço para tornar visíveis negros que não se sujeitaram a ficar a margem no pós-emancipação e lutaram por direitos civis e cidadãos. Além, de abordar algumas trajetórias individuais de negros libertos que conseguiram a visibilidade, ou seja, são homens que modificaram o seu contexto social e lutaram por seus direitos, valorização de sua identidade, inserção social e cidadã no pós-abolição.



Para uma melhor compreensão, este trabalho está dividido em duas partes, além da introdução e conclusão. No primeiro tópico serão apresentados alguns debates sobre o pós-abolição com autores notáveis que pesquisam a temática e refletem as visões de liberdade dos libertos e o *modus vivendi* pós 13 de maio. Já na segunda parte do texto, vamos apresentar algumas trajetórias individuais de negros libertos que conseguiram a visibilidade e lutaram por inserção social e cidadã.

Alguns debates sobre pós-abolição

O estudo do pós-abolição ou pós-emancipação como problema histórico é atual, isto é, um campo historiográfico específico, até meados de 1990 apenas a marginalização dos libertos no mercado de trabalho era enfatizada e não as suas visões de liberdade e durante muito tempo os estudos sobre o tema se dedicavam apenas a discutir o projeto das elites para a liberdade. Segundo Rios e Mattos (2013), a problemática de inserção do liberto na sociedade após o 13 de maio, deve ser a partir do olhar do negro, ou seja, o problema histórico crucial para a historiografia brasileira é estudar: “As visões da última geração de escravos brasileiros sobre seus planos e destino, após o 13 de maio, finalmente começam a emergir” [...] (RIOS & MATTOS, 2013, p.170).

Assim, o pós-abolição conforme Maria Helena P.T. Machado¹ (2013) deve ser,

[...] Entendido como um período que se conecta à escravidão, mas não se caracteriza como mero resquício desta, pós-emancipação significa, enquanto estratégia analítica, uma chave para compreender um outro Brasil que se inicia com o conservadorismo da solução abolicionista e se estende até o momento de sua superação- quem sabe quando. [...] (MACHADO, 2013)

Neste sentido, o campo historiográfico vem crescendo e várias são as pesquisas e temáticas que abrange as mais diversas questões, entre outras: trajetórias familiares de afro-brasileiros, memória coletiva da escravidão, campesinato negro, mundo do

¹ Professora Titular (Departamento de História – USP). Citação retirada do texto da orelha do livro *Da nitidez e invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil*, que é um divisor de águas para tornar tais sujeitos visíveis.



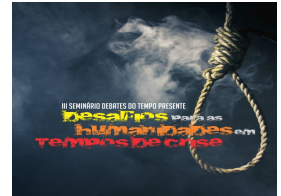
trabalho, vida associativa e movimentos negros, participação de libertos no movimento operário e na política, imprensa negra, “raça” nas esferas identitárias, culturais e educacionais. Todavia, segundo Rios e Mattos (2013), antes da historiografia assumir o campo do pós-abolição como problema histórico,

[...] Os últimos cativos e seu destino após a abolição atraíam compaixão e simpatia, mas não pareciam apresentar maior potencial explicativo para a história do período. Com a abolição do cativo, os escravos pareciam ter saído das senzalas e da história. [...] (RIOS E MATTOS, 2013, p.170)

É sabido que, com os novos estudos sobre o pós-abolição no Brasil, esses sujeitos históricos (libertos) foram esquecidos não da história, pois estavam lá, mas da historiografia que não se preocupava em inserir os negros na sociedade, deixando-os a parte com seus projetos e visões de mundo. A partir da perspectiva do pós-abolição como problema histórico, é inegável a importante contribuição desta vertente de pesquisa histórica, pois tem tornado visíveis sujeitos invisibilizados, que antes ficavam as margens da história. As pesquisas mostram nitidamente como os libertos se organizavam, quais as visões de liberdade e *o modus vivendi* pós 13 de maio.

O autor Leonardo Affonso de Miranda Pereira em *Os anjos da meia-noite: trabalhadores, lazer e direitos no Rio de Janeiro da Primeira República* – mostra como os negros e mestiços tentavam assegurar seus direitos recreativos em julho de 1913. Os sócios do Club Dançante Familiar Anjos da Meia Noite requeriam ao Supremo Tribunal Federal um *habeas corpus* que lhes garantissem o direito de realizar bailes dançantes. Neste sentido, fica evidente a questão da organização dos negros. Um cronista visita o clube, naquele dia aconteceria um ensaio carnavalesco e fica impressionado pela organização. [...] “Mostrou-se logo impressionado com a organização administrativa do clube, cuja ampla diretoria zelava pelo bom andamento dos festejos.” [...] (PEREIRA, 2013, p. 10)

Outro autor importante é Stanley Julian Stein em *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900* – exprime que apesar do tumulto social e econômico gerado pelo 13 de maio, fazendeiros e ex-escravos encontraram um *modus vivendi* em poucos meses. As formas de trabalho nas fazendas de café permaneceram fluidas. Um



jornal do Rio de Janeiro *Gazeta de Notícias*, 14 de janeiro de 1890, fez uma avaliação igualmente serena,

[...] os escravos foram libertados, e não foram feitos esforços para se cuidar dos libertos ou dos que dependiam de seu trabalho. Deixados à própria sorte [...] os libertos não se transformaram em vagabundos e malfeitores como alguns profetizaram [...] repentinamente obtiveram seu próprio controle. (STEIN, 1990, p. 310-312)

Logo, pós 13 de maio, o liberto teve a oportunidade de renegociar os termos de trabalho com seu ex-senhor, assim: “O verdadeiro perigo colocado pela abolição não foi tanto a violência física, mas o poder dos ex-escravos do Brasil para negociar com os fazendeiros como ambas as partes iriam viver e trabalhar juntas.” (ANDREWS, 1998, p.84). Ou seja, os libertos segundo os fazendeiros, assim “educados [com liberdade], formarem paredes para impor condições de salários, de horas de trabalho”. [...] (ANDREWS, 1998, p.84).

Dessa maneira, uma parcela dos fazendeiros do Rio de Janeiro e de São Paulo tomaram uma solução, substituir de imediato a mão-de-obra negra por imigrantes europeus. O pesquisador George Reid Andrews em *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)* – aborda que entre 1888 e 1928, 2,1 milhões de Europeus entraram em São Paulo. Este número era consideravelmente maior que a população de São Paulo em 1890, de 1,4 milhões de habitantes, e representa mais da metade (57%) do total da imigração Européia para o Brasil (ANDREWS, 1998, p.93). Era o projeto das elites chamado de imigrantista, ou seja, a política de Estado governou o mercado de trabalho, visto que:

Nos quarenta anos que se seguiram à abolição, São Paulo recebeu mais de dois milhões de imigrantes europeus, dos quais dois quais quase metade tiveram suas passagens transatlânticas pagas pelo governo do Estado. Esses imigrantes foram levados para São Paulo para trabalharem, e trabalharam. Assim fazendo, sistematicamente **substituíram e marginalizaram os trabalhadores afro-brasileiros** do Estado, tanto no campo quanto nas cidades. (ANDREWS, 1998, p.93) [Grifos nossos]



Porém, não podemos generalizar para o resto do país, o projeto imigrantista é um caso específico de São Paulo, sendo que os trabalhadores afro-brasileiros competiam com os imigrantes e não ficaram totalmente as margens, a saber, houve competição no mercado de trabalho. E segundo Andrews (1998), apesar de existir o racismo na escolha do trabalho, somente o racismo não explica a inserção do negro no mercado de trabalho. Esses sujeitos estavam lá, competindo com os imigrantes e não estavam despreparados para a vida livre, como afirma Florestan Fernandes (1965).

Já as pesquisadoras Hebe Mattos e Ana Lugão Rios (2005) na obra *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*, foram pioneiras a escrever sobre as memórias do cativo. Trazem depoimentos orais de homens que se identificavam como negros e descendentes de escravos, que viveram a infância tocando lavoura com a família em antigas áreas cafeeiras do Centro-Sul do Brasil. No depoimento de *José Veloso Sobrinho* vemos nitidamente uma exceção à regra da exclusão dos libertos no processo educacional:

[...] Tem o primeiro grau completo. À época da entrevista concedida ao projeto Memória da Escravidão em Famílias Negras de São Paulo (1998), ainda tocava lavoura com os filhos e era dono de uma pastelaria na cidade. Quatro dos seus 12 filhos cursaram faculdade e os outros terminaram pelo menos o primeiro grau. (RIOS & MATTOS, 2005, p.14)

Contudo, percebemos que os entrevistados pelas autoras tornaram nítidas as vivências familiares, pois tinham uma clara ideia sobre a lei abolicionista e a história da escravidão no Brasil. Ou seja, os descendentes de escravos tiveram trajetórias de vida diferentes, ao saírem do cativo e construíram suas vidas familiares de modos diversificados, alguns de maneira muito violenta, precárias e dramáticas, enquanto outros com uma memória familiar do sucesso relativo e de terem tido acesso à educação.

Algumas trajetórias individuais de negros

As pesquisas biográficas, até meados da década de 1990, eram centradas unicamente no personagem, mero relato factual, isto é, as trajetórias eram totalmente



descontextualizadas da sua época. Neste sentido, na historiografia tradicional as biografias eram apologéticas para criação de heróis nacionais e os personagens subalternos (escravos, operários, mulheres, negros e indígenas) ficavam a margem. Porém, esse cenário mudou e as biografias passaram a ser problematizadas com a inserção do personagem no contexto histórico. Dessa forma, para pensar em trajetórias individuais é necessário articular a tríade: vida, contexto (tempo) e ideias.

Segundo Gomes e Domingues (2013), no tocante a figura do herói, devemos buscar menos heróis “[é] fundamental procurar ambiguidades, conflitos, disputas e contradições e menos heróis e projetos definitivos em torno da ‘classe’” (GOMES & DOMINGUES, 2013, p.10). Isto não quer dizer que o leitor não encontrará figuras heroicas, porém com a sua devida inserção no contexto histórico, pois o personagem é produto e produtor desse mesmo contexto, ou seja, uma via de mão dupla.

A partir da trajetória do “crioulo Dudu”, estudada por Abreu (2010), a autora situa Eduardo das Neves como um produtor atuante do campo musical popular que se construía entre o final do século XIX e início do XX, levando em consideração o crescimento do mercado editorial e da indústria fonográfica. Discute através das composições e do seu repertório musical, as possibilidades de expressão política de um músico negro na Primeira República, ou seja, uma especificidade que marca o cenário brasileiro nacional.

Eduardo Sebastião das Neves teria nascido na cidade do Rio de Janeiro, no bairro de São Cristóvão, em 1874, e falecido nesta mesma cidade, em 1919, com apenas 45 anos. Apesar de minhas buscas, nunca consegui localizar dados mais concretos sobre a origem familiar de Dudu. Através de seus versos e histórias foi possível aproximá-lo do mundo dos libertos e do passado escravista. (ABREU, 2010, p.94)

Para Abreu (2010), Dudu conferiu ao mundo musical dimensões políticas especiais, ao criar e divulgar canções que valorizavam o patriotismo e discutiam, de uma forma irônica e irreverente as relações raciais e a identidade do homem negro no pós- abolição. E representou na sua poesia e música todas as possibilidades de atuação e expressão de um homem negro no pós-abolição, isto é, multifacetado e anti-sujeito de sua história, lutava pela inserção social e cidadania, sabia muito bem como dialogar entre a cultura erudita e popular.



A trajetória de Evaristo de Moraes, estudada por Mendonça (2007), a autora discorre sobre o advogado e um homem de cor famoso por ser campeão dos grupos populares e excluídos do Rio de Janeiro da Primeira República. Sendo o ano de 1916, “um divisor de águas na vida profissional de Evaristo de Moraes: aos 45 anos, ele concluiu o curso de direito e diplomou-se pela Faculdade Livre de Direito Teixeira de Freitas”. [...] (MENDONÇA, 2007, p.255). Assim, o próprio Evaristo registrou vários ataques que sofria em razão de sua origem étnica: [...] “o advogado dos operários é mestiço e mulato [...]” (MENDONÇA, 2007, p.255). O estudo trouxe aspectos da experiência de Evaristo de Moraes, suas ideias, as vicissitudes enfrentadas na carreira, as escolhas, o sucesso que atingiu, a saber, o personagem de carne e osso.

Outra trajetória importante é a do artista circense Benjamim de Oliveira, estudada por Silva (2007), este foi o primeiro palhaço negro do Brasil. Sendo possuidor de múltiplos talentos, levou o teatro para o circo, tornando-se ator, autor e produtor de peças teatrais, além de cantor e compositor. Através da sua trajetória individual foi possível dialogar com contextos mais amplos e diversificados, isto é, dos artistas circenses no final do século XIX e início do XX. Apesar de não cultivar a memória do cativo na sua vida pública, ele trouxe para os palcos a temática do negro. E transitava entre ricos e pobres, negros e brancos, nacionais e estrangeiros, um artista multifacetado e mediador cultural. Algumas trajetórias se encontram no decurso do tempo, como a dos artistas Eduardo das Neves e Benjamim de Oliveira,

No final de 1903, o Circo Spinelli saiu da capital paulista e iniciou uma nova turnê; [...] “nos arrabaldes do Rio de Janeiro; nesse momento, é bem provável que Benjamim tenha encontrado Eduardo das Neves, entre outros artistas da capital federal. Tal suposição prende-se ao fato de que Eduardo compôs, nesse período, o lundu “Crioulo faceiro”, em homenagem “ao simpático *clown* Benjamim de Oliveira”. (SILVA, 2007, p.218)

Seguindo com o protagonismo negro, os autores Gomes e Domingues (2013), estudaram a trajetória de Monteiro Lopes, o primeiro “homem de cor” a ser eleito deputado federal no Brasil e assumir a sua identidade de negro. Em especial trazem a atenção a sua campanha em 1909 e ao sistema político da Primeira República. O Monteiro Lopes rompe com alguns paradigmas,



[...] Para a sociedade brasileira que acabara de sair do mundo do cativo, o percurso de Monteiro Lopes rompe com alguns lugares comuns que, de tão cristalizados pelo discurso memorialístico e incorporados a historiografia, já se travestiram de cânone explicativo dos fatos. (GOMES & DOMINGUES, 2013, p.21)

Como visto, Monteiro Lopes rompe com alguns lugares comuns, pois um homem de descendência africana e de uma família modesta, ao cargo de deputado federal nas primeiras décadas da República é um desafio a época. Mas, em vez do silêncio, surgiu vozes em relação ao sistema cromático e racial brasileiro. Mesmo, após esforços das elites, motivadas pelo racismo para excluí-lo da Câmara Federal, não conseguiram e ele foi certificado e assumiu a sua posição política de deputado eleito. No tocante as suas ações políticas,

[...] Continuou apostando na ampliação da cidadania, na retórica da universalização de direitos no regime republicano e na possibilidade de atuar nos interstícios do sistema racial, mesmo que, para tanto, precisasse fazer algumas concessões e não entrarem choque direto com seus detratores. (GOMES & DOMINGUES, 2013, p.134)

Dessa forma, como homem do seu tempo soube driblar as dificuldades impostas na Câmara em favor da sua “classe” social, pois a ação para sua vitória triunfante foi coletiva e deu visibilidade também a muitos cariocas (negros e brancos, eleitores ou não) que registraram apoio a sua candidatura e lutaram ao seu lado para a validação das eleições.

Diante das trajetórias individuais temos algumas semelhanças entre o protagonismo negro, no tocante a localização dos mesmos, pois Eduardo das Neves “Dudu”, Evaristo de Moraes e Monteiro Lopes ambos são do Rio de Janeiro. E apesar de Benjamim de Oliveira não ser nascido no Rio, com suas apresentações circenses entre Rio e São Paulo cruzou com o “crioulo Dudu”. Quebrando o paradigma da historiografia brasileira que durante muito tempo, argumentou que: [...] “depois da abolição da escravatura, os negros foram preteridos do mercado de trabalho, marginalizados socialmente, excluídos da política institucionalizada e impedidos de acesso à educação formal”. (DOMINGUES, 2013, p.47)



Conclusão

Enfim, esperamos ter cumprido com os objetivos iniciais expostos, de trazer a tona alguns debates em torno do pós-abolição, dando visibilidade aos sujeitos pós o 13 de maio. Como também correlacionar algumas trajetórias individuais de negros que lutaram por direitos civis e cidadãos.

No primeiro momento do trabalho *Alguns debates sobre pós-abolição*, falamos sobre os debates em torno do campo pós-abolição como problema histórico, abordando alguns autores de renome que pesquisam a temática e deixam claro que os libertos pós o 13 de maio forjavam suas próprias histórias e não ficaram passivos. Lutavam por melhores condições de trabalho e não era mais obrigados a obediência aos fazendeiros. Outros com grande luta tiveram acesso à educação. Diante da repreensão, “[...] os escravos, agora libertos, não deixaram nunca de criar, recriar e inventar seus espaços de liberdade. Esta, porém, tinha diversos significados” (GOMES, 2011, p.34).

No segundo momento em *Algumas trajetórias individuais de negros*, foi visto as trajetórias individuais de Eduardo das Neves “Dudu”, Evaristo de Moraes, Benjamim de Oliveira e Monteiro Lopes, eles tornaram protagonistas das suas histórias de vida e não se sujeitavam a sociedade racista daquela época. Ou seja, estudar as trajetórias individuais dos negros é adentrar em contextos complexos e ir além do simples fato de recuperar narrativas históricas e sujeitos, é trazer o protagonismo negro em ação, vimos claramente homens que modificaram o seu contexto social, lutaram por seus direitos, valorização de sua identidade, inserção social e cidadã.

Referências

ABREU, Martha. O “crioulo Dudu”: participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor (1890-1920). *Topoi*, v.11, n.20, 2010, p. 92-113.

ANDREWS, G. R. “Depois da abolição” e “Imigração (1890-1930)”. In: ___ *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Edusc, 1998, p. 77-147.

CHALHOUB, S. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.



DOMINGUES, P. J. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Editora SENAC, 2003.

DOMINGUES, P; GOMES, F. dos S. “Vai ficar tudo preto”: Monteiro Lopes e a cor na política. In:___ *Da nitidez e invisibilidade: legados do pós- emancipação no Brasil*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

DOMINGUES, P; GOMES, F. dos S. *Da nitidez e invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

DOMINGUES, P; GOMES, F. dos S. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. In:___ *Da nitidez e invisibilidade: legados do pós- emancipação no Brasil*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

FERNANDES, F. *A integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Dominus/EDUSP, 1965.

FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*. 34ª Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1998 [1933].

GOMES, F. No meio das águas turvas - racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte (1888-89). *Estudos Afro-Asiáticos*, n.21, 1991, p.75-96. Texto republicado em DOMINGUES, P; GOMES, F. (orgs.). *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011, p.15-43.

MATTOS, H; RIOS, A. L. “Experiência e narrativa - o pós-abolição como problema histórico.” In:_____ *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 13-34.

MATTOS, H; RIOS, A. M. O pós-abolição como problema histórico: balanço e perspectivas. *Topoi*, v.5, n.8, 2004, p. 170-198.

MENDONÇA, J. M. N. “Reminiscências e construção do passado”. In:___ *Evaristo de Moraes*, tribuno da República. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007, p.253-310.

PEREIRA, L. A. de M. *Os anjos da meia-noite: trabalhadores, lazer e direitos no Rio de Janeiro da Primeira República*. Tempo, v.19, n.35, 2013, p.97-116.

SILVA, E. “Caleidoscópio infinito”. In:___ *Circo-teatro: Benjamim de Oliveira e a teatralidade circense no Brasil*. São Paulo: Altana, 2007, p. 183-281.

STEIN, S. J. J. “A abolição e as suas consequências”. In:_____ *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 295-322.